

BALANÇO SOCIAL: uma análise do modelo adotado pela Companhia Siderúrgica de Tubarão de 1998 a 2004

Autoras

ROBERTA BARBOSA DA SILVA

UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

MIRIAN ALBERT PIRES

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO:

Esta pesquisa teve como objetivo demonstrar a evolução qualitativa das informações sociais e ambientais apresentadas pela Companhia Siderúrgica de Tubarão S/A (CST). Foi observada uma aparente tendência global de padronização dos Balanços Sociais, e algumas instituições se destacam como agentes padronizadores. Em nível nacional podem ser citados o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; e a nível internacional a *Global Reporting Initiative (GRI)*, com diretrizes para sustentabilidade. Nesse sentido, para a realização da pesquisa, foi utilizada a metodologia empírico-analítico, foi feito estudo bibliográfico e pesquisa documental, sendo realizada uma verificação da aderência dos Balanços Sociais publicados pela CST nos anos de 1998 a 2004, ao modelo de elaboração de Balanço Social proposto pelo Ibase. Como resultado, observou-se que a CST nos anos de 1998 a 2001 divulgou as informações sociais, econômicas e ambientais, adotando um modelo singular, particular, se adequando pouco ao modelo proposto. No ano de 2002, a empresa passou a utilizar parcialmente o modelo do Ibase. Em 2003 a empresa alcança a aderência total, mantendo-se assim em 2004. Dessa forma, pode-se concluir que a CST adequou-se ao modelo proposto pelo Ibase.

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que as empresas vêm dando atualmente um tratamento especial à questão da responsabilidade social. Existem empresas que divulgam as ações que realizam em benefício da sociedade, da economia e do meio ambiente, por meio de um relatório social. Nesse relatório, conhecido como Balanço Social (BS), que desperta o interesse de vários usuários, tais como acionistas, sociedade, governo, sindicatos, entre outros, estão inseridas informações que aparentam ser relevantes, ajudando a empresa a ser vista pela sociedade como um agente social.

Essa preocupação por parte das empresas também ocorre pela própria sociedade que aparenta cobrar uma postura mais ética e transparente por parte das empresas.

No entanto, essa responsabilidade social, apesar de parecer para alguns um assunto novo, já vêm sendo alvo de discussões desde o século XIX, por meio da criação de algumas leis em favor dos trabalhadores (ARRIGONI, 2000). Porém, foi somente a partir dos anos 60 nos Estados Unidos e no início da década de 70 na Europa, que a sociedade começou a cobrar uma postura ética, justa e transparente das empresas e consolidou-se a necessidade de divulgação dos Balanços Sociais (PIOVESAN; SUGIZAKI; CARDOSO, 2000).

Além desses fatos históricos marcantes da época, pode-se citar ainda a empresa alemã STEAG, que em 1971, apresentou um relatório das atividades sociais. Porém, o ponto inicial na história dos balanços sociais, é a data de 1972, período no qual a empresa francesa SINGER apresentou o primeiro BS (PIOVESAN; SUGIZAKI; CARDOSO, 2000).

Contudo, com relação ao Brasil, existe uma discussão a respeito daquele que seria o primeiro BS publicado no Brasil. Segundo Perottoni (2000, p. 53), “o primeiro BS publicado foi o da FEMAQ S.A., de São Paulo – SP, em 1982”. Porém, de acordo com Silva e Freire (2001, p. 20) “no ano de 1984, foi publicado, de maneira completamente voluntária, o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira: o relatório de atividades sociais da Nitrofertil”.

A partir dessas primeiras publicações e com o passar do tempo crescem o número de empresas que publicam o BS. Além do apresentado aumenta também o número de usuários destas informações. Entre esses diversos usuários mencionam-se como principais os funcionários e familiares, comunidade, acionistas, autoridades, imprensa e mercado. Cada um com suas próprias necessidades de informações (PIOVESAN; SUGIZAKI; CARDOSO, 2000).

Por isso, há relevância em elaborar demonstrativos observando os requisitos individuais de cada um, para que o mesmo, efetivamente, atenda as expectativas deles.

Assim, para melhor atender esses usuários, assegurar a relevância, a abrangência e a confiabilidade das informações é importante que a elaboração e a publicação do BS seja feita de forma padronizada, facilitando assim a comparação entre empresas e avaliando as mudanças ocorridas de um período para outro (PROPOSTA, 2001).

Nesse sentido, existem algumas instituições que visam contribuir para a evolução e padronização da forma de publicação do Balanço Social. (MAGNAGO; BORTOLINI, 2005).

Entre essas instituições e organizações engajadas no aprimoramento da divulgação do Balanço Social, destacam-se o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em nível nacional e adotado por várias empresas; a *Global Reporting Initiative (GRI)* em nível internacional, que apresenta um relatório trazendo as diretrizes para a sustentabilidade; e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que desponta como uma instituição mais ousada, mesclando o Ibase (informações quantitativas) e a *GRI* (informações qualitativas). Existem ainda outras instituições, todavia, menos expressivas no que tange à padronização e contribuições para evolução da elaboração deste demonstrativo, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No momento, não há legislação ou norma de âmbito nacional que trate da elaboração e divulgação do BS para todas as empresas de maneira geral, o que se tem são apenas modelos seguidos, como o do Ibase e a da *GRI*.

Contudo, apesar dessa não padronização, no decorrer dos anos, vem crescendo o número de empresas brasileiras que publicam seus Balanços Sociais (PEROTTONI, 2000). Entre as empresas localizadas no Espírito Santo, existe a Companhia Siderúrgica de Tubarão S/A, empresa do ramo de siderurgia, que publica os Balanços Sociais demonstrando contínua preocupação com as questões relacionadas com o meio ambiente, os funcionários e a sociedade em que está inserida.

Diante do apresentado tem-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a evolução do *disclosure* do Balanço Social e adequação ao modelo Ibase pela Companhia Siderúrgica de Tubarão S/A (CST) no período de 1998 a 2004?

Nesse contexto, tem-se como objetivo da pesquisa demonstrar a evolução do *disclosure* e adequação do Balanço Social pela CST ao modelo Ibase, durante os anos de 1998 a 2004.

Assim, a pesquisa se justifica pelo fato de que a Responsabilidade Social aparenta capacitar a empresa a crescer e permanecer no mercado, hoje globalizado e cada dia mais

competitivo. Dessa maneira, a organização que assumir seu compromisso com o social poderá contribuir de maneira decisiva, para a sua sustentabilidade e para o seu desempenho (PEROTTONI, 2000).

A medida que a empresa passa a ser atuante em investimentos no social, ela vai obtendo o reconhecimento da sociedade, mudando a imagem e assumindo uma posição de empresa cidadã (PEROTTONI, 2000).

Para melhor atender a sociedade e aos usuários em geral, é importante que os relatórios sociais sejam feitos de forma padronizada (PEROTTONI, 2000).

Diante dessa importância da padronização, esta pesquisa confronta o que é apresentado pela empresa com o modelo que é sugerido pelo Ibase. Mesmo não havendo uma obrigatoriedade, é importante saber se as empresas estão seguindo algum modelo, pois dessa maneira facilitaria a comparação entre as mesmas e a própria empresa em períodos distintos.

Nesse sentido o modelo de BS mais conhecido e debatido mundialmente é o proposto pela *GRI*. Por isso a importância de abordá-lo como instrumento de comparação (SANTOS; PINHEIRO, 2005).

Contudo, o modelo a ser utilizado na elaboração desse trabalho é o sugerido pelo Ibase, cuja ideologia foi formada pelo sociólogo Herbert de Souza, que vem chamando a atenção de empresários e toda sociedade para a importância e necessidade de realização do BS das empresas em um modelo único e simples (BALANÇO SOCIAL, 2004).

Diante do apresentado, a partir de um estudo de caso, pretende-se analisar a aderência dos Balanços Sociais da CST ao modelo do Ibase e verificar a evolução no decorrer dos anos de 1998 a 2004.

A escolha da CST, objeto de estudo nesta pesquisa se deu pelo fato da mesma ser uma empresa conceituada nacionalmente e mundialmente, tendo grande influência sobre a sociedade e economia capixaba.

Como contribuição, pretende-se proporcionar uma análise reflexiva sobre o BS divulgado pela CST.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi feita por meio de estudos bibliográficos, de forma a oferecer uma solução ao problema de pesquisa.

Além do estudo bibliográfico foi feita uma pesquisa documental que, segundo Martins (1994, p. 28), “tem por finalidade reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana”.

A metodologia adotada na elaboração deste trabalho foi a empírico-analítica. Martins (1994, p. 26) disserta que

[...] privilegiam estudos práticos. Suas propostas têm caráter técnico, restaurador e incrementalista. Têm preocupação com relação causal entre variáveis. A validação da prova científica é buscada através de testes de instrumentos, graus de significância e sistematização das operações operacionais.

Diante disso, foi elaborado um estudo de caso com a CST, estudando e analisando os Balanços Sociais da referida empresa, nos anos de 1998 a 2004.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social é um assunto que a cada dia ganha mais importância. As empresas estão conscientizando-se da relevância do tema, e o tratam com mais atenção no decorrer de cada exercício. Diante disso,

a Responsabilidade Social Corporativa não está situada apenas no âmbito da caridade ou da filantropia, tradicionalmente praticada pela iniciativa privada. Seu conceito está muito mais próximo das estratégias de sustentabilidade de longo prazo das empresas que, em sua lógica de performance e lucros, passam a incluir a necessária preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas e o objetivo de proporcionar bem estar para a sociedade. [...] Na visão de governança corporativa exclusivamente direcionada para a performance financeira, o exercício da responsabilidade social pode ser entendido, à primeira vista, como um custo adicional para as empresas, seus sócios e acionistas, pois são recursos que de outra maneira estariam sendo reinvestidos ou distribuídos sob forma de lucros e dividendos (COSTA, 2004).

Essa preocupação por parte das empresas origina-se também da própria sociedade, que aparenta cobrar das empresas uma postura ética e transparente, nas quais a evidenciação do que as mesmas têm feito em favor do meio ambiente, da economia e da sociedade deve ser ressaltado.

Mas, até que ponto as empresas são responsáveis pelas alterações que causam no meio em que estão inseridas? Debates acerca deste assunto são constantes. Percebe-se hoje, a existência de diversos órgãos e instituições empenhadas em fazer com que as empresas adotem uma postura responsável, e sejam “Empresas Cidadãs”, preocupadas com as gerações futuras e o desenvolvimento sustentável.

O meio pelo qual as empresas apresentam suas ações no campo econômico, social e ambiental à sociedade em geral, clientes, fornecedores, governo e financiadores, é por intermédio de relatório social, mais conhecido por Balanço Social, que pode ser visto também como uma forma de divulgar a imagem, apesar de os benefícios trazidos pela prática da responsabilidade social serem de difícil mensuração, por muitas vezes tratarem-se de valores subjetivo(MAGNAGO; BORTOLINI, 2005).

Atualmente um grande número de empresas publica e divulga o Balanço Social, percebe-se uma mudança de cultura. Por isso, faz-se necessário que as empresas adequem-se às mudanças impostas pelo constante processo de globalização, Pires e Arrigoni (2004, p. 2) dizem que:

as empresas de maneira geral, devem estar atentas às mudanças que ocorrem no mundo, devendo sempre que possível, acompanhá-las, sob pena de comprometer sua continuidade se não o fizer.

As empresas vêm assumindo uma função social cada vez mais importante, de certa forma elas desempenham algumas funções que seriam de obrigação do Estado, sendo assim um “agente social”.

4 INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Com a necessidade de controlar, avaliar e analisar o desempenho dos negócios surge a contabilidade. Segundo Iudícibus (2000, p. 30)

não é descabido afirmar que a noção de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto a origem do *Homo sapiens*. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas aproximadamente a 4.000 anos a.C. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebida, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade.

Tais informações mostram que um dos objetivos da contabilidade é evidenciar as variações do patrimônio objeto de análise (PIRES, 2002).

Outra função importante da contabilidade é a de fornecer o máximo de informações úteis aos usuários para a tomada de decisão que tanto podem ser internas ou externas.

Assim como a contabilidade, o BS tem por objetivo gerar informações que satisfaçam as necessidades de quem delas precisa. Segundo Kroetz (2000, p. 84)

a construção da proposta do Balanço Social deve observar os requisitos solicitados pelos mais diversos usuários, ou seja, para servir como um instrumento capaz de agregar valor, causar surpresa e desencadear ações, busca-se no usuário final, por meio da coleta de suas necessidades, a seleção de informações úteis e relevantes a serem divulgadas.

Dessa forma é importante a aplicação de uma metodologia de apresentação econômica, clara e concisa, identificando as informações úteis para cada usuário.

De acordo com Kroetz (2000), os principais usuários dos dados contidos no BS são:

- Trabalhadores – As informações contidas no BS são importantes por apresentar indicadores que revelam a influência que a entidade exerce sobre a sociedade, por divulgar ações desenvolvidas em benefício do quadro funcional e também por construir um conjunto de características que representam o perfil de seus funcionários, como faixa etária, faixas salariais, qualificação, escolaridade etc;
- Acionistas – Aos acionistas oferecem um conjunto de informações úteis, que complementam as demonstrações contábeis e financeiras, permitindo maior segurança na tomada de decisão.
- Diretores/ Administradores – Para os diretores/ administradores o BS permite identificar tendências internas e externas, servindo como um instrumento de controle, planejamento e tomada de decisão.
- Fornecedores – Aos fornecedores mostram a política adotada pela empresa no campo social e econômico, aumentando a confiabilidade em relação a entidade com a qual estão negociando.
- Clientes – Para os clientes, através dos BS's terão a oportunidade de conhecer a política da entidade, suas ações em relação ao ambiente social e ecológico, possibilitando maior tranquilidade na opção de produtos e/ ou serviços.
- Sociedade – para a sociedade o BS supre a necessidade informativa, deixando a comunidade ciente dos acontecimentos favoráveis e desfavoráveis, internos e externos, decorrentes da atividade desenvolvida.
- Governo – para o governo o BS funciona como um instrumento de apoio para o planejamento e tomada de decisão, mostrando a realidade e a tendência no que diz respeito às ações sociais e ambientais, podendo controlar e incentivar as entidades, as quais influenciam diretamente na sociedade e no meio ambiente.
- Estudiosos – para os estudiosos através do BS podem-se tirar várias informações, gerando um banco de dados, e possibilitando estudos e desenvolvimento de novas pesquisas, sejam na área econômica, ecológica, contábil, administrativa, social etc.
- Concorrentes – Utilizam as informações do BS para investigar a vida da entidade divulgadora, verificando as novas tendências, distribuição de mercado, formas de financiamento, outras ações em termos de responsabilidade social e ambiental.

- Sindicatos – As informações geradas pelo BS são aproveitadas pelo sindicato para aprimorar o processo de negociação com a classe empresarial e verificar as ações na área social, que dizem respeito ao quadro de associados.

6 ESTRUTURA DO BALANÇO SOCIAL

Para poder estimular as empresas a publicarem um relatório padronizado, várias instituições se empenharam em criar modelos específicos, cada um com suas características e suas peculiaridades, de forma a facilitar o entendimento dos usuários dessas informações.

Um modelo muito utilizado pelas empresas brasileiras é o modelo do Ibase.

O Ibase é uma instituição criada há mais de vinte anos, porém passou a ser mais conhecida pela sociedade nos últimos anos, por suas ações voltadas ao aumento do número de empresas que publicam o BS (SANTOS; PINHEIRO, 2005).

Segundo Pires (2002, p. 26), o Ibase “teve como objetivo inicial o incentivo ao desenvolvimento de uma política de abordagem social por parte das empresas, deixando de lado uma postura paternalista que até então era defendida pelas empresas e aceita pela sociedade”.

Para estimular a participação de um maior número de corporações, em 1998, o Ibase lançou o Selo Balanço Social Ibase/Betinho, o qual é oferecido às empresas que aderirem ao modelo proposto pela entidade. Tal selo demonstra que a empresa já deu o primeiro passo para tornar-se uma empresa cidadã, apresentando publicamente seus investimentos internos e externos, mostrando também ser uma empresa comprometida com a vida de seus funcionários, da comunidade e do meio ambiente (BALANÇO SOCIAL, 2004).

Por meio desse demonstrativo é possível verificar informações sobre: receita líquida, lucro operacional, folha de pagamento bruta, alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, creches/auxílio creche, participação nos lucros ou resultados e outros benefícios. No aspecto social são observadas informações sobre tributos, contribuições para a sociedade/investimentos na cidadania como educação e cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte e lazer, creches, alimentação, e investimento em meio ambiente (IBASE, 2005).

Com relação ao corpo funcional o relatório traz informações sobre: número de empregos ao final do período, número de admissões durante o período, número de mulheres que trabalham na empresa, percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres, número de empregados portadores de deficiência. Além dessas, o relatório traz também outras informações consideradas relevantes (IBASE, 2005).

O modelo apresentado é de simples preenchimento e várias empresas aderiram a ele. Como por exemplo, Aracruz Celulose, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce e muitas outras. A CST, empresa analisada neste trabalho também adota este modelo (BALANÇO SOCIAL, 2004).

7 COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO

A Companhia Siderurgia de Tubarão fundada em 1976 como uma “*joint-venture* de controle estatal, com participações acionárias de empresas como KAWAZAK e ILVA, teve início de suas operações no segundo semestre de 1983” (CST, 2005a).

Desde sua fundação até os tempos de hoje a CST vem se consolidando no mercado como uma das maiores produtoras mundiais de placas de aço.

Um momento marcante e decisivo em sua história se deu em 1992 com a privatização, passando a partir daí a ser controlada por grupos nacionais e estrangeiros. Neste período a companhia recebeu um novo rumo, com investimentos em atualizações tecnológicas, aumento e enobrecimento do seu “mix” de produção, além de investimentos em programas de controle ambiental (CST, 2005a).

Desde sua implantação, o posicionamento da empresa com foco no meio ambiente foi evidenciado com a visão ambiental estratégica, na qual investimento em tecnologias e procedimentos de controle ambiental se consolidaram. A exemplo em 1983, início de operação, já era realidade os programas de reaproveitamento dos gases, uso de água do mar e sistemas de controle de emissões atmosféricas.

Dentre os programas de gestão ambiental destacam-se:

Gestão de água: este programa consiste na utilização da água do mar. De toda água utilizada pela companhia 96% vem do mar. São utilizadas como resfriadores de equipamentos e devolvida ao meio ambiente (CST, 2005b).

Gestão de energia: este é o processo de reutilização dos gases gerados pela companhia para geração de energia elétrica. Este processo garante a total autonomia da companhia no que diz respeito a energia elétrica, gerando até mesmo um excedente, o qual é vendido (CST, 2005b).

Gestão de resíduos e co-produtos: é reciclando os resíduos internamente ou vendendo como matéria prima para outros fins industriais que a CST garante um índice de 99% de reaproveitamento dos resíduos gerados por ela (CST, 2005b).

Gestão atmosférica: os índices das taxas de emissão atmosférica comparada à das melhores usinas siderúrgicas da Ásia e Europa é resultado de investimento em tecnologia de controle e prevenção e principalmente através da conscientização de todos os empregados e parceiros da companhia que a CST contribui significativamente para a qualidade de vida da grande Vitória (CST, 2005b).

As melhorias implantadas nos equipamentos de controle ambiental, os investimentos em novas tecnologias e sistemas, o aperfeiçoamento da performance dos sistemas de monitoramento contínuo de chaminés, em conjunto com o elevado grau de conscientização e comprometimento de todos os empregados e parceiros da companhia foram os principais fatores que contribuíram para os resultados obtidos (CST, 2005c).

Demonstrando preocupação com o gerenciamento dos riscos referentes às atividades industriais praticada pela companhia, em outubro de 2001, a CST conquistou a certificação ISO 14001, concedida pelo órgão certificador *Lloyd's Register Quality Assurance (LRQA)*, da Inglaterra, que exige o comprometimento das empresas certificadas com a prevenção da poluição e com melhorias contínuas, como parte do ciclo normal de gestão empresarial.

No âmbito social a companhia CST desempenha um papel importante para a sociedade, valorizando seus colaboradores e promovendo o desenvolvimento da comunidade acreditando assim estar contribuindo para evolução contínua do ser humano. Este pensamento reflete a prática do desenvolvimento sustentável. Esta sustentabilidade é adquirida pela empresa através de seu relacionamento com:

- Público Interno - No contexto da responsabilidade social interna, a CST busca um desenvolvimento integrado, pessoal e profissional, levando em conta as características

dos seus colaboradores e os muitos aspectos que envolvem as relações do trabalho, tais como clima organizacional; qualidade; segurança e saúde; educação e desenvolvimento (CST, 2005d).

- Público Externo - Com uma filosofia de parceria e cooperação, a CST tem procurado fortalecer continuamente as suas relações com a sociedade e os mais diferentes segmentos das comunidades na região de influência de sua usina, aí incluídos, evidentemente, os seus próprios colaboradores (CST, 2005d).
- Quanto ao impacto das atividades da CST para o desenvolvimento do Espírito Santo, estudo realizado em 2002 e divulgado em 2004 por um grupo de especialistas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) confirmou, mais uma vez, a importância econômica e social da Companhia para a sociedade local (CST, 2005d).

8 DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

8.1 BASE DE CALCULO

Nos anos de 1998 a 2002, no item “base de calculo” são contemplados 66% do que é sugerido pelo modelo Ibase, sendo contemplados a Receita Líquida (RL) da empresa e o Resultado Operacional (RO), ficando sem ser informado os valores despendidos com Folha de Pagamento Bruta (FPB).

Já nos anos de 2003 e 2004 a CST passou atender a 100% do sugerido pelo Ibase, incluindo em seu relatório o valor gasto com FPB.

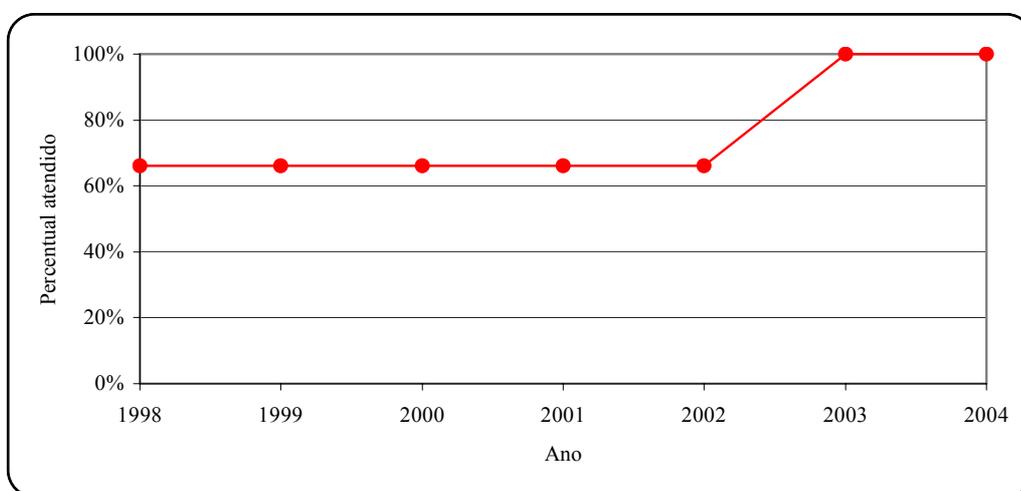


Gráfico 1: Evolução do grau de aderência da Base de Cálculo

3.2 INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

No item “indicadores sociais internos”, no ano de 1998, não foram abordados os gastos com alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação cultural, creches ou auxílio creche, capacitação e desenvolvimento profissional e outros. Isso representa 92% de rejeição contra 8% de aceitação. Esses 8% deve-se a apresentação do valor gasto em Participações no lucro ou no resultado.

Nos anos de 1999 a 2001 além do gasto em participações no lucro ou no resultado foi colocado também a capacitação e desenvolvimento profissional aumentando a porcentagem de aceitação de 8% para 16%.

Em 2002 houve um aumento considerável do índice de aceitação, passando de 16% para 91%, só ficando de fora os gastos com cultura e outros indicadores sociais internos e total de indicadores internos.

Já em 2003 e 2004 a CST passou a demonstrar 100% dos itens sugeridos pelo Ibase.

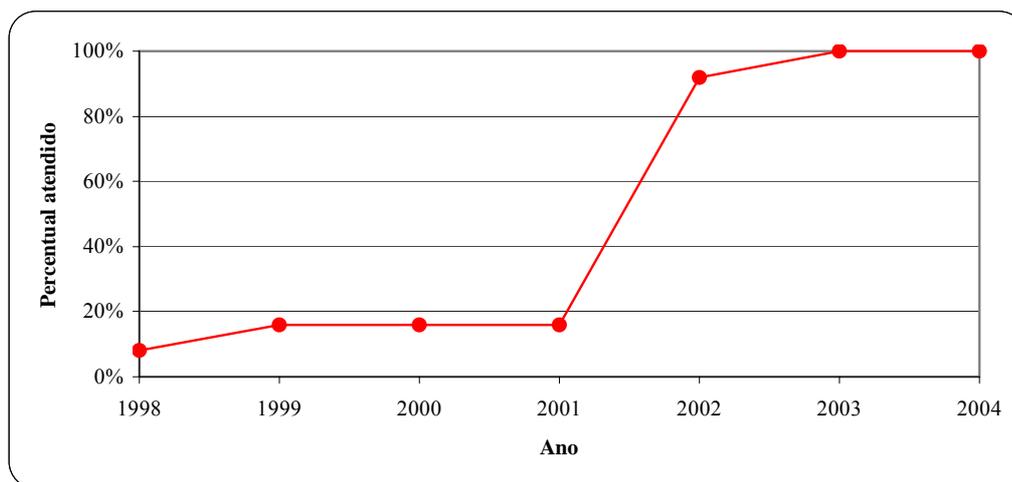


Gráfico 2: Evolução do grau de aderência dos indicadores sociais internos

3.3 INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

No item “Indicadores externos” somente a partir de 2002 a CST passou a demonstrar os valores despendidos para educação, cultura, saúde, total de contribuições para sociedade, tributos (excluídos encargos sociais) e total de indicadores sociais externos, totalizando um percentual de 66% de aceitação.

Nos anos anteriores de 1998 a 2001, a CST apresentou os gastos realizados nas áreas de educação, saúde e cultura, todavia o Ibase sugere que os investimentos sejam apresentados de forma segregada, por áreas, e não como da forma que foi realizado.

Em 2003 e 2004, além dos quesitos mencionados em 2002, são acrescentados no relatório valores gastos com esporte, combate a fome e segurança ambiental e outros, totalizando um percentual de 100% de aceitação.

Vale ressaltar que, em 2004, além dos quesitos sugeridos pelo Ibase são acrescentados ao BS da CST, no item “indicadores sociais externos” informações sobre programa de comunicação ambiental e planejamento estratégico dos municípios, valorizando ainda mais o demonstrativo da companhia.

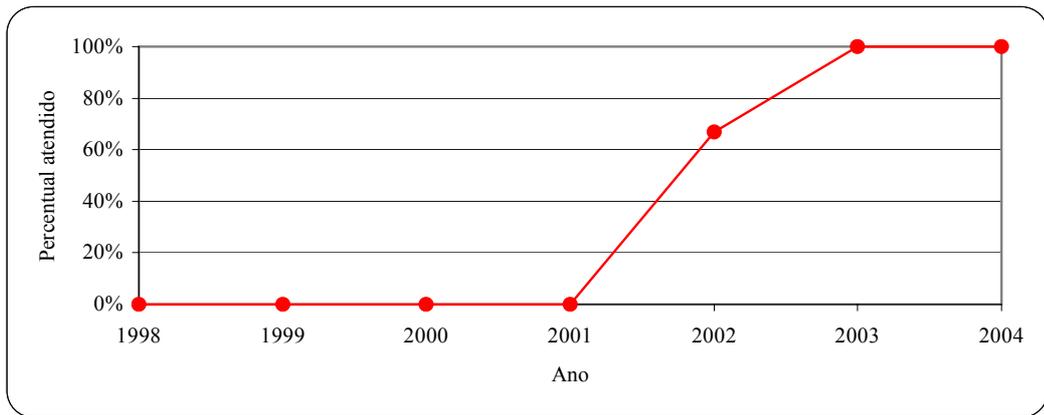


Gráfico 3: Evolução do grau de aderência aos indicadores sociais externos

3.4 INDICADORES AMBIENTAIS

No item “Indicadores ambientais”, nos anos de 1998 e 1999, foram atendidos 25% do que sugere o Ibase, essa porcentagem refere-se ao total de investimentos em meio ambiente.

Em 2000 e 2001 houve uma redução em relação aos anos anteriores em que foram atendidos 25% dos quesitos. Nestes anos a CST não divulgou nenhum valor investido em ações ambientais, representando, assim 0% de aderência ao modelo Ibase no item “indicadores ambientais”.

Em 2002 volta a atender 25% de aceitação, informando valores despendidos com investimentos relacionados com a produção/ operação de empresa.

Já em 2003 e 2004 são demonstrados no BS os Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa, investimentos em programas e/ou projetos externos, total de investimentos em meio ambiente e informações sobre as metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral da produção/operação e aumentar a eficácia na utilização dos recursos naturais, atendendo nestes anos a 100% do que é proposto pelo Ibase.

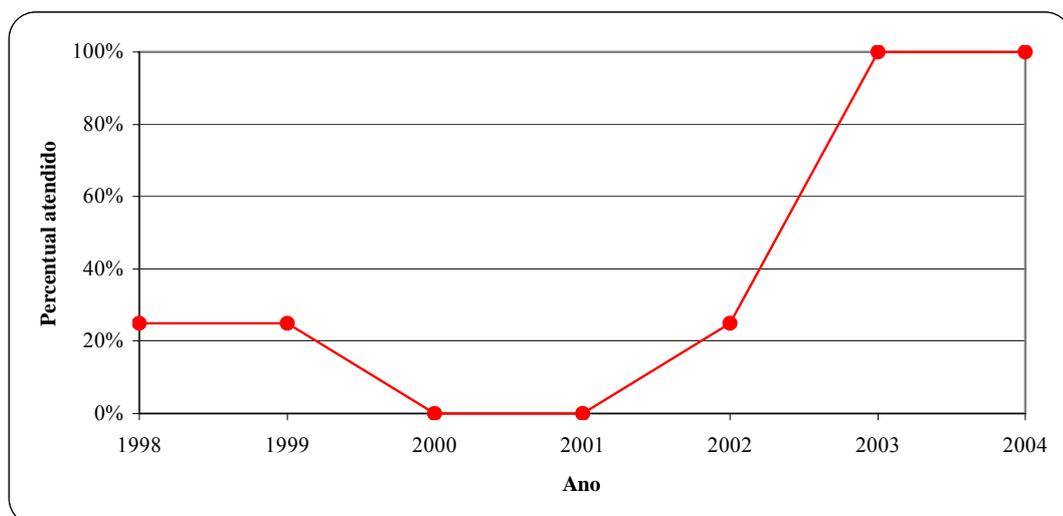


Gráfico 4: Evolução do grau de aderência dos indicadores ambientais

3.5 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

No item “indicadores do corpo funcional”, nos anos de 1998 a 2000, só foram abordados o número de empregados no final do período. Isso representa 10% do que é sugerido pelo Ibase, ficando de fora informações sobre admissões no período, empregados terceirizados, estagiários, número de empregados acima de 45 anos, número de mulheres que trabalham na empresa, mulheres que ocupam cargo de chefia, número de negros que trabalham na empresa, negros que ocupam cargo de chefia e número de portadores de deficiência ou necessidades especiais.

No ano de 2001, a CST não discorre sobre os valores gastos com o corpo funcional, regredindo assim, de 10% para 0%.

Em 2002 tem-se uma melhora, demonstrando alguns quesitos e elevando a taxa de aceitação para 60%.

Já em 2003 e 2004 todos os quesitos são mencionados, atendendo assim, a 100% do que é sugerido pelo Ibase.

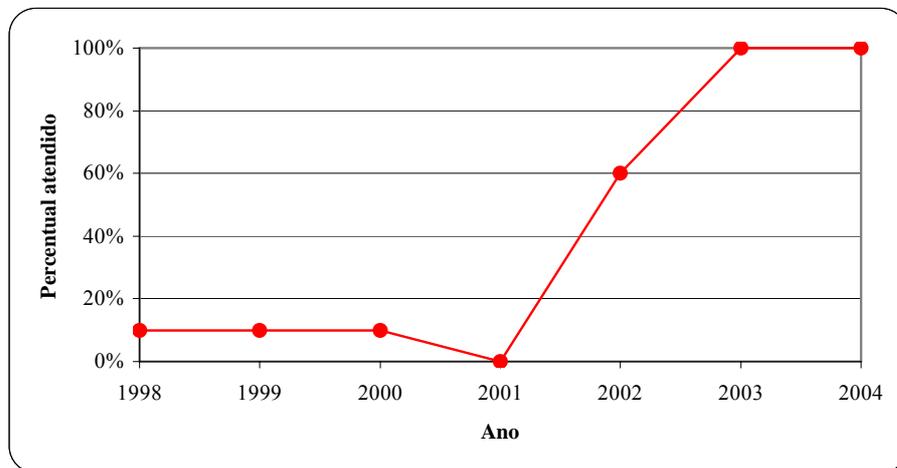


Gráfico 5: Evolução do grau de aderência aos indicadores de corpo funcional

3.6 INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

No item “Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial”, nos anos de 1998 e 1999, a CST atende a três quesitos, o que equivale a 23% do sugerido, correspondendo à participação nos lucros ou resultados, valor adicionado total ou a distribuir e distribuição do valor adicionado.

No ano de 2000 não são percebidas evoluções com relação ao atendimento do modelo Ibase. Pelo contrário, percebe-se uma queda de 8% em relação aos dois últimos anos, apresentando somente o valor adicionado total a distribuir e a demonstração do valor adicionado.

No ano de 2001, além dos quesitos demonstrados no ano anterior, o BS traz também informações sobre número total de acidentes no trabalho, aumentando a taxa de aceitação para 23%.

Em 2002 mais alguns quesitos são relatados, aumentando para 77% de aderência ao modelo Ibase, neste item.

Nos anos de 2003 e 2004, como todos os demais itens, a CST traz todos os quesitos atendendo assim a 100% do que é sugerido pelo Ibase.

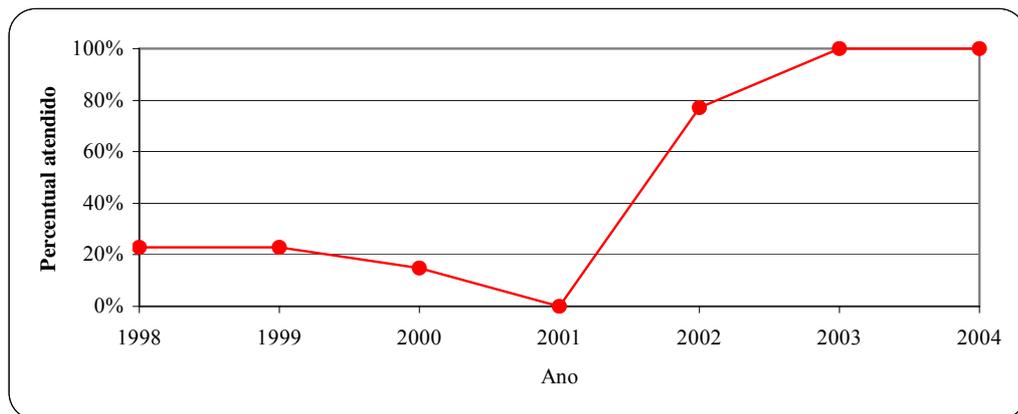


Gráfico 6: Evolução do grau de aderência às informações relevantes ao exercício da cidadania

3.7 A EVOLUÇÃO DO BALANÇO SOCIAL DA CST

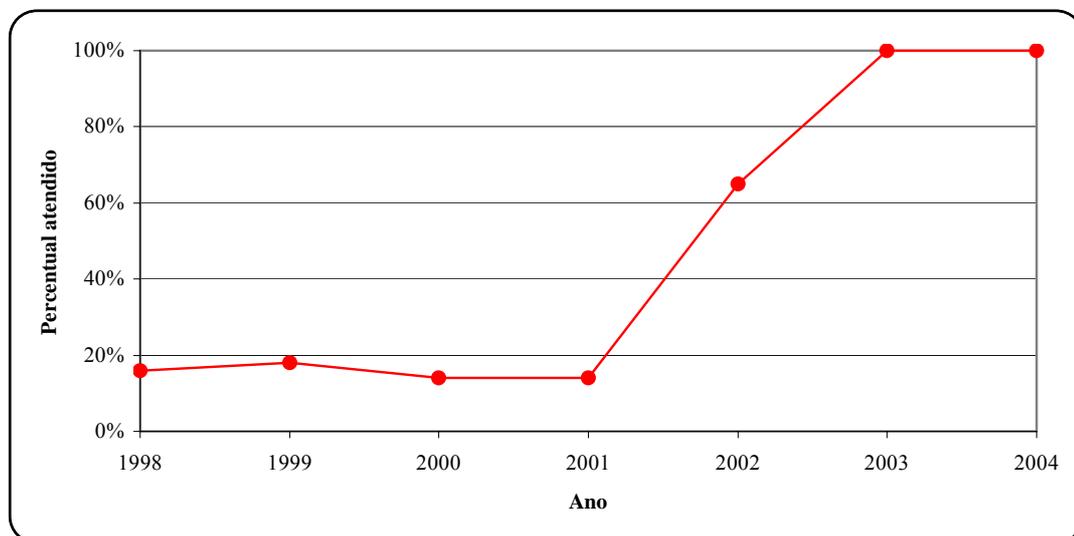


Gráfico 7: Evolução do grau de aderência do Balanço Social da CST ao modelo proposto pelo Ibase

No ano de 1998 o BS da CST atendeu a 16% do que fora proposto pelo Ibase, deixando muitas informações relevantes sem serem mencionadas.

No ano seguinte a taxa de aderência ao modelo Ibase cresce de 16% para 18%, mencionando neste ano, além dos quesitos demonstrados no ano anterior, o valor gasto em capacitação e desenvolvimento profissional.

Em 2000, houve uma redução de 4%, pois se comparado ao ano de 1999 foram deixados de ser mencionados valores despendidos em meio ambiente e participação nos lucros ou resultados.

No ano de 2001 a porcentagem de aceitação ao modelo Ibase se manteve constante, porém neste ano o BS traz informações sobre o número total de acidentes de trabalho, que não trouxe no ano anterior e deixa de demonstrar o número de empregados no final do período, que em todos os anos anteriores traziam.

No ano de 2002, o BS teve uma evolução considerável, aumentando significativamente o número de informações demonstradas, passando de 14% para 67% a porcentagem de aderência ao modelo Ibase.

Finalmente nos anos de 2003 e 2004 a CST se enquadra ao que é proposto pelo Ibase demonstrando 100% do que é sugerido.

9 CONCLUSÃO

Percebeu-se, na última década, o empenho de algumas instituições de caráter não-governamentais em fazer com que as empresas passassem a divulgar suas ações no campo econômico, social e ambiental de forma mais organizada e concisa. O que explica o aparecimento de alguns modelos, que sugerem como devem ser elaborados os BS's e quais informações devem abranger.

O Ibase destacou-se no que se refere a responsabilidade social, tendo como um de seus integrantes o ilustre e conhecido sociólogo Hebert de Souza, o “Betinho”, que foi uma pessoa que lutou pelo social. Esse órgão elaborou um modelo de publicação de BS, em que são sugeridas a apresentação de algumas informações consideradas relevantes aos diversos setores da economia e sociedade.

Tendo como base esse cenário, o trabalho objetivou verificar a evolução do grau de aderência dos BS's publicados pela CST ao modelo divulgado pelo Ibase em todo território nacional.

A CST começou a divulgar informações relevantes à sociedade como um todo, a partir de 1998. Todavia, tais informações foram divulgadas de forma dispersa, não sendo demonstradas de forma segregada em um relatório próprio como é sugerido pelo Ibase, e não observando uma estrutura bem definida, atendendo muito pouco ao que foi proposto.

No ano de 1999 a CST manteve a mesma postura ao elaborar seu relatório anual, deixando de abordar informações sociais, avançando muito pouco em relação ao ano anterior.

Em 2000 e 2001 percebeu-se uma desatenção por parte da empresa na divulgação de algumas informações abordadas em anos anteriores, o que contribuiu para a queda na porcentagem de atendimento ao modelo proposto pelo Ibase. Nestes dois anos a empresa não demonstrou a devida importância à divulgação de suas ações junto à sociedade.

Em 2002, a empresa passou a utilizar parcialmente o modelo do Ibase, o que demonstrou uma preocupação da empresa em adequar-se e adotar o modelo citado, uma tendência seguida pelas grandes empresas do país. Esta mudança aumentou o grau de aderência da CST ao modelo sugerido pelo Ibase. Este foi o ano, desde o início da publicação do BS, que se registrou a maior aderência ao modelo.

Em 2003 a empresa alcança a aderência total, apresentando 100% dos indicadores propostos pelo Ibase.

No ano de 2004 a CST manteve o grau de aderência, não deixando de abordar nenhum indicador apresentado no ano anterior.

O que demonstra que a CST ao longo dos anos adequou-se ao modelo proposto pelo Ibase, começando de forma precária, mas caminhando até alcançar a aderência total ao modelo. A expectativa é que a empresa mantenha-se fiel, acrescentando informações que julgue úteis aos seus diversos usuários. A adoção deste modelo, facilita a comparação intra-empresas e entre empresas.

Dentre as limitações desta pesquisa, destacam-se o fato do estudo ter sido realizado em apenas uma empresa, e de estar delimitado a apenas um modelo proposto de BS. Ressalta-se a existência de diferentes modelos, como o da *GRI* e o do Instituto Ethos de Pesquisas e Responsabilidade Social.

Sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas que visem verificar o grau de aderência do BS da CST em relação ao modelo sugerido pelo Ibase nos próximos anos. Sugere-se ainda a realização de pesquisas que confrontem os resultados obtidos nesta com pesquisas do mesmo gênero realizadas em empresas similares, que tenham a mesma atividade.

REFERÊNCIAS

1. ARRIGONI, Fernando José. **Disclosure das aplicações sociais da sociedade cooperativa e sua contribuição à elaboração do balanço social**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA/USP, 2000.
2. **BALANÇO SOCIAL**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>> Acesso em 15 mai. 2005.
3. COSTA, Cláudia Soares. **Empresas, Responsabilidade Corporativa e Investimento Social: Uma abordagem introdutória**. Relatório Setorial nº 1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.org.br>>. Acesso em 14/10/2005
4. CVRD – Companhia Vale do Rio Doce. **Balanço social 1999**. Coordenadoria de relações institucionais. Rio de Janeiro, 1999.
5. _____. **Relatório Anual 2003**. Coordenadoria de relações institucionais. Rio de Janeiro, 2003.
6. CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão. Disponível em: <<http://www.cst.com.br/empresa/historia/tehistoria.shtml>> Acesso em: 10 nov. 2005a.
7. _____. Disponível em: <<http://www.cst.com.br/meioambiente/indicadores.shtml>> Acesso em: 10 nov. 2005b.
8. _____. Disponível em: <http://www.cst.com.br/meioambiente/cst_meioambiente/certificado/tecertificado.shtml> Acesso em: 10 jun. 2005c.
9. _____. Disponível em: <http://www.cst.com.br/meioambiente/cst_meioambiente/sustentabilidade> Acesso em: 10 jun. 2005d.
10. CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão. **Relatório Anual 1998**. Gestão Ambiental e Relações Comunitárias
11. _____. **Relatório Anual 1999**. Recursos Humanos, Gestão Ambiental e Relações comunitárias. 1999.
12. _____. **Relatório Anual 2000**. Balanço Social e Ambiental. 2000.
13. _____. **Relatório Anual 2001**. Recursos Humanos, Meio Ambiente e Relações Comunitárias. 2001.
14. _____. **Balanço Social 2002**. Indicadores de Desempenho Social. 2002
15. _____. **Relatório Anual 2003**. Relatório Social e Relatório Ambiental. 2003.
16. _____. **Relatório Social 2004**. Disponível em: <http://www.cst.com.br/empresa/perfil/relatorio/relatorioanual_2004/portugues/pdf/relatorio2004.pdf> Acesso em: 01 set. 2004.

17. _____. **Relatório Ambiental 2004**. Disponível em:
<http://www.cst.com.br/empresa/perfil/relatorio/relatorioanual_2004/portugues/pdf/relatorio2004.pdf> Acesso em: 01 set.2004.
18. FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
19. GRI – Global Reporting Initiative. **Diretrizes para a elaboração do relatório de sustentabilidade. Desempenho econômico, ambiental e social**. Boston, 2000.
20. Ibase. Disponível em: <www.ibase.br>. Acesso em: 08 jul. 2005.
21. IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
22. KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
23. MAGNAGO, Kersbyenne Marques; BORTOLINI, Tatiana Barcelos. **Balanco social: uma análise do modelo adotado pela Aracruz Celulose S/A de 1997 à 2003**. Monografia de graduação. Espírito Santo: UFES, 2005.
24. MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
25. PEROTONI, Marco Antônio. Balanco Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, n-134, p.51-57, mar./abr. 2000.
26. PIOVESAN, Maria Cristina; SUGIZAKI, Edson; CARDOSO, Neuza Dornas. Balanco social: **Enfoque Reflexão Contábil**, Maringá, v. 19.n. 2, p. 28-47, jul./dez.2000.
27. PIRES, Mirian Albert. **Balanco social: uma análise das empresas do estado do Espírito Santo**. Monografia de graduação. Espírito Santo: UFES, 2002.
28. PIRES, Mirian Albert; ARRIGONI, Fernando José. A ausência de padronização e o seu reflexo na análise dos BS's: um estudo de quatro grandes empresas capixabas. In: SIMPÓSIO FUCAPE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 2., 2004, Vitória. **Anais...** Vitória: FUCAPE, 2004. 1 CD-ROM
29. PROPOSTA de padronização. **Guia de Elaboração de Relatório e Balanco Anual de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo, jun. 2001.
30. **RESPONSABILIDADE SOCIAL**. Disponível em:
<http://www.responsabilidadesocial.com/institucional/institucional_view.php?id=1>
Acesso em: 30 jun. 2005.
31. SANTOS, Eric dos; PINHEIRO, Serafim Alves Júnior. Responsabilidade social: **uma análise da aderência dos balanços sociais da CVRD ao Guia de elaboração de balanço social do Instituto Ethos**. Monografia de graduação. Espírito Santo: UFES, 2005.
32. SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (orgs). **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.
33. TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.